

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA/PR

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020



Auditor Fiscal Municipal

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CARGO: AUDITOR FISCAL MUNICIPAL

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Pela emancipação masculina

Uma pequena aglomeração na orla da Barra da Tijuca. Homens, em sua esmagadora maioria. O carro de som parado, o zunido do microfone enquanto passam o som, a faixa ligeiramente torta. É a primeira passeata masculinista do Brasil.

João Marcelo é aquele cara ali, vestindo regata. Ele organizou o evento pelo *WhatsApp*. Tudo começou por causa de um controle remoto. Sempre que Miriam, sua esposa, botava o pé para fora de casa, o controle da TV desaparecia. E só quando ela voltava, o mistério era solucionado: estava na cara dele o tempo todo.

Foi nesse meio-tempo, assistindo ao Rodrigo Hilbert a contragosto, que João Marcelo se deu conta da violência diária e silenciosa que ele sofria: a dependência do sexo feminino.

Agora, João Marcelo quer que todos os homens sejam livres. E ele não está sozinho. Paulão é segurança particular e já perdeu dois empregos por causa de seu terno “abarroto” (sic). Depois que a Sandra foi embora, ele parece um *cosplay* de Agostinho Carrara. Vocifera ao megafone em defesa de meninos inocentes que dependem dos caprichos de uma mãe, às vezes até de um pai – “porque homem oprime homem também!” – para se alimentar e fazer a própria higiene pessoal. É um projeto de dominação diabólico que visa domesticar os homens para sempre, desde pequenos.

Uma ciclista curiosa interpela os manifestantes. Lidiane quer saber que injustiças são essas que esses homens alegam estar sofrendo. O tom da moça causa revolta. O feminismo é a pauta da vez, ninguém fala das mazelas do homem, só se ele for *gay*. Ela claramente não conhece a angústia de sair de casa para comprar rúcula e voltar com um ramo de espinafre. Ou de abrir uma gaveta cheia de meias soltas e não conseguir formar um par. Paulão tira a camisa envergonhado, exibindo os cravos que se alastram em suas costas.

Indiferente àquele tumulto em prol do empoderamento masculino, Lidiane pedala para longe, sob algumas vaías.

Os cartazes começam a despontar na pequena multidão, estampando frases de efeito como: “minha próstata, minhas regras”, “a cada 11 minutos, um homem é obrigado a trocar um pneu no Brasil” e “paternidade é uma escolha, não uma obrigação”. A passeata segue pacificamente até ser interrompida por um apelo emocionado do organizador ao microfone: “Alguém viu minha carteira?”.

(Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/manuela-cantuaria/2019/09/pela-emancipacao-masculina.shtml>. Acesso em: 10/09/2019. Manuela Cantuária.)

Questão 01

Considere as afirmativas a seguir.

- I. A finalidade do texto é narrar uma sequência de ações inusitadas para entreter o leitor.
- II. O foco narrativo do texto está na primeira pessoa do discurso e o narrador é o personagem principal da história.
- III. O texto é exemplo do gênero crônica narrativa, que se caracteriza pela flexibilidade de circular tanto no domínio discursivo jornalístico como também no literário.
- IV. O narrador do texto apresenta ao leitor suas impressões e inferências acerca de um acontecimento real, que serviu apenas de pretexto para expor suas reflexões.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) II e IV.
- E) III e IV.

Questão 02

“Uma pequena aglomeração na orla da Barra da Tijuca. Homens, em sua esmagadora maioria. O carro de som parado, o zunido do microfone enquanto passam o som, a faixa ligeiramente torta. É a primeira passeata masculinista do Brasil.” (1º§) Podemos afirmar que, nesse trecho, predomina a tipologia textual:

- A) Injuntiva.
- B) Narrativa.
- C) Descritiva.
- D) Expositiva.
- E) Argumentativa.

Questão 03

O fato que desencadeia essa história é:

- A) O desejo de todos os homens de serem livres.
- B) A reunião de homens na orla da Barra da Tijuca.
- C) Um homem se sentir subjulgado por sua mulher.
- D) A primeira passeata masculinista organizada por um brasileiro.
- E) O descaso da sociedade com os problemas complicados dos homens.

Questão 04

“Sempre que Miriam, sua esposa, botava o pé para fora de casa, o controle da TV desaparecia.” (2º§) NÃO está de acordo com a gramática normativa o que se afirma em:

- A) O termo “Miriam” desempenha a função sintática de sujeito do verbo “botar”.
- B) A expressão “sempre que” introduz, do ponto de vista sintático, uma oração com valor adverbial.
- C) A expressão “o controle da TV” desempenha a função sintática de complemento do verbo “desaparecer”.
- D) A expressão “sua esposa” está entre vírgulas porque, sintaticamente, desempenha a função de aposto explicativo.
- E) A terceira vírgula foi utilizada nesse período para separar a oração subordinada da oração principal, que está deslocada.

Questão 05

A substituição do sintagma destacado pelo pronome correspondente **NÃO** foi realizada corretamente em:

- A) “abrir uma gaveta” = abri-la
- B) “vestindo regata” = ventindo-lhe
- C) “Ele organizou o evento” = ele o organizou
- D) “assistindo ao Rodrigo Hilbert” = assistindo-lhe
- E) “enquanto passam o som” = enquanto passam-no

Questão 06

- I. “E só quando ela voltava, o mistério era solucionado.” (2º§)
- II. “O feminismo é a pauta da vez, ninguém fala das mazelas do homem, só se ele for gay.” (5º§)

As palavras destacadas explicitam, respectivamente, sentido de:

- A) Lugar e tempo.
- B) Tempo e condição.
- C) Adição e conclusão.
- D) Concessão e oposição.
- E) Explicação e consequência.

Questão 07

A substituição da palavra destacada pela que está entre parênteses provoca, no contexto, alteração de sentido em:

- A) “[...] o mistério era solucionado [...]” (enigma)
- B) “Os cartazes começam a despontar na pequena multidão” (aparecer)
- C) “Uma ciclista curiosa interpela os manifestantes [...]” (acovarda)
- D) “Vocifera ao microfone em defesa de meninos inocentes [...]” (grita)
- E) “[...] assistindo Rodrigo Hilbert a contra gosto [...]” (contrariado)

REDAÇÃO OFICIAL

Questão 08

Considerando a devida adequação da linguagem presente em correspondências oficiais, indique, a seguir, a alternativa que apresenta correção:

- A) “Informo que o preenchimento do formulário se faz necessário pelo servidor com limite de data determinado a seguir”.
- B) “Informa-se que o preenchimento do formulário, se faz necessário, pelo servidor com limite de data determinada a seguir”.
- C) “Informamos que o preenchimento do formulário se faz necessário pelo servidor com limite de data determinada a seguir”.
- D) “Informamos que o preenchimento do formulário se faz necessário por cada um de vocês com limite de data determinada a seguir”.
- E) “Informamos que, para o preenchimento do formulário, se faz necessário por todo servidor com limite de data determinada a seguir”.

Questão 09

Sabe-se que a redação oficial deve caracterizar-se por:

- I. Clareza e precisão;
- II. Objetividade;
- III. Concisão;
- IV. Coesão e coerência;
- V. Impessoalidade;
- VI. Formalidade e padronização;
- VII. Uso da norma padrão da Língua Portuguesa.

Considerando-se as características anteriormente citadas, leia um modelo que exemplifica uma nota que se trata de uma parte componente de um contrato hipotético de direito privado da administração.

“Nota – A referência a inexigibilidade de licitação só é aplicável nos casos em que presentes os requisitos que a configuram (Leixxxx/xx, art. xx, xx). Quando as necessidades de instalação ou localização não condicionarem a escolha do imóvel, a licitação será exigível, embora possa ser dispensada, desde que, mediante a devida justificação, a hipótese possa ser enquadrada entre as previstas no [...]”

Após a leitura anterior, é correto afirmar que **NÃO** foi(foram) observada(s), dentre as características citadas da redação oficial:

- A) VI.
- B) VII.
- C) I e II.
- D) V e VI.
- E) III e IV.

Questão 10

Na Redação oficial, de acordo com o Manual de Redação da Presidência da República (2018) em vigor, pode-se afirmar que:

- A) O uso de Digníssimo e Ilustríssimo é obrigatório para qualquer tipo de correspondência oficial.
- B) O pronome de tratamento é invariável em documentos oficiais, mantendo-se um mesmo padrão estabelecido em todos órgãos públicos.
- C) Sendo o destinatário da correspondência oficial um particular, no vocativo, pode-se utilizar Senhor ou Senhora seguido do nome do particular.
- D) Na correspondência oficial, o tratamento aplicado deverá ser sempre o de Vossa Senhoria para qualquer tipo de destinatário, considerando-se a formalidade exigida.
- E) O tratamento mediante as formas Vossa Magnificência, Vossa Santidade, Vossa Eminência / Vossa Eminência Reverendíssima e Vossa Excelência Reverendíssima foi mantido.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Questão 11

A tabela compõe uma sequência lógica; observe.

148	135	121	106	90	X	Y
-----	-----	-----	-----	----	---	---

Qual das alternativas a seguir apresenta o valor de X + Y?

- A) 90
- B) 106
- C) 121
- D) 128
- E) 134

Questão 12

Considere uma matriz $A = \begin{bmatrix} x & 3x \\ 4 & 2x \end{bmatrix}$ tal que seu determinante seja -10 . Sabendo-se que x admite dois valores reais possíveis, quanto vale o produto desses valores?

- A) 5
- B) 6
- C) 8
- D) 10
- E) 12

Questão 13

Dois retas são descritas em um plano cartesiano pelas seguintes equações:

$$r_1 : y = 3x + 4$$

$$r_2 : y = -x + 8$$

Qual é o ponto de intersecção dessas retas?

- A) (1, 7)
- B) (-1, 7)
- C) (0, -7)
- D) (1, -7)
- E) (-1, -7)

Questão 14

Sabendo-se que -3 é uma raiz do polinômio $p(x) = 2x^3 - bx - 6$, qual é o valor de b?

- A) -6
- B) 10
- C) 20
- D) -20
- E) -30

Questão 15

Sabe-se que uma equipe de limpeza formada por 4 faxineiros leva 1 hora e 30 minutos para limpar um salão com 7 metros de largura e 6 metros de comprimento. Quanto tempo será necessário para que uma equipe com 8 faxineiros limpe um salão com 126 m²?

- A) 1 hora e 45 minutos.
- B) 2 hora e 15 minutos.
- C) 2 horas e 25 minutos.
- D) 3 horas.
- E) 3 horas e 10 minutos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO

Questão 16

Na situação hipotética em que o município de Capanema/PR quisesse suprimir o Distrito de Pinheiro, nos termos da Lei Orgânica do Município, além da consulta plebiscitária, é obrigatória a edição de:

- A) Emenda à Constituição Estadual.
- B) Emenda à Lei Orgânica do Município.
- C) Lei municipal, observada a legislação estadual.
- D) Lei complementar municipal, aprovada por maioria absoluta.
- E) Lei complementar estadual, observada a Constituição Estadual.

Questão 17

Conforme prevê o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Capanema/PR, se um servidor efetivo for eleito Prefeito, é correto afirmar que:

- A) Para exercício do mandato, o servidor deverá pedir exoneração do cargo efetivo.
- B) Durante o exercício do mandato, poderá exercer o cargo efetivo em concomitância.
- C) O servidor será afastado do cargo efetivo, sendo-lhe facultado optar pela remuneração.
- D) O servidor será afastado do cargo efetivo, devendo receber o subsídio de agente político.
- E) Durante o exercício do mandato, será posto em disponibilidade remunerada no cargo efetivo.

Questão 18

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Capanema/PR, o inventário dos bens públicos no ano eleitoral, para fins de levantamento do patrimônio municipal, será conduzido por:

- A) Órgão especial de tomada de contas do Tribunal de Contas do Estado.
- B) Comissão composta de cidadãos capanemenses de idoneidade comprovada.
- C) Comissão composta de servidores públicos efetivos de idoneidade comprovada.
- D) Comissão especial composta pelo Secretário de Obras e pelo Secretário de Fazenda.
- E) Órgão público responsável pela administração patrimonial, subordinado ao gabinete do prefeito.

Questão 19

Observado o que dispõe a Lei Orgânica do Município de Capanema/PR quanto aos bens públicos, a Praça dos Pioneiros e a Rua Coberta, classificam-se:

- A) Ambas como bem de uso especial.
- B) Ambas como bem dominial alienável.
- C) Ambas como bem de uso comum do povo.
- D) A praça como bem dominial e a rua como bem de uso especial.
- E) A praça como bem de uso comum do povo e a rua como bem dominial.

Questão 20

Nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Capanema/PR, é correto afirmar que:

- A) Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.
- B) A nomeação para cargo efetivo e cargo comissionado, de carreira ou isolado, depende de habilitação prévia em concurso público.
- C) Para a investidura no cargo efetivo municipal é exigida a comprovação de gozo dos direitos políticos e a idade mínima de vinte e um anos.
- D) A investidura em cargo público ocorre por nomeação, promoção ou readaptação e o provimento por reversão, reintegração ou recondução.
- E) Às pessoas com deficiência é assegurado um percentual de reserva de vagas de até dez por cento, observada a compatibilidade das atribuições.

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 21

Balço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, em uma determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade. Em relação às demonstrações do Balço Patrimonial, assinale a afirmativa correta.

- A) O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.
- B) O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
- C) O Saldo Patrimonial compreenderá os créditos e valores realizáveis, cuja mobilização ou alienação independa de autorização legislativa.
- D) O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
- E) O Ativo Permanente compreenderá os créditos fundados e outros pagamentos que independa de autorização orçamentária e legislativa.

Questão 22

“Trata-se de um crédito adicional destinado a suprir despesas urgentes e imprevistas, não dependem de fonte de recursos e independem de autorização legislativa, devendo ser abertos por Medida Provisória (União) ou Decreto do Poder Executivo (Estados e Municípios) que devem dar imediata ciência ao Poder Legislativo.” As informações correspondem a crédito:

- A) Especial.
- B) Supletivo.
- C) De Exceção.
- D) Suplementar.
- E) Extraordinário.

Questão 23

“A _____ compreenderá as metas e prioridades da Administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.” Em conformidade com o Art. 165, §1º, Constituição Federal, assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) Lei de Licitações
- B) Lei de Metas Fiscais
- C) Lei do Gasto Público
- D) Lei de Diretrizes Orçamentárias
- E) Lei que institui o Plano Plurianual

Questão 24

Despesa pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para custear os serviços públicos (despesas correntes) prestados à sociedade ou para a realização de investimentos (despesas de capital). Sobre transferências correntes, dotações destinadas a terceiros sem a correspondente prestação de serviços, incluindo as subvenções sociais, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Fundamentalmente e nos limites das possibilidades financeiras, a concessão de subvenções sociais visará a prestação de serviços essenciais de assistência social, apenas, não incluso prestação de serviços médica e educacional.
- () O valor das subvenções será sempre calculado com base em unidades de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixados.
- () Somente à instituição cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias pelos órgãos oficiais de fiscalização serão concedidas subvenções.

A seqüência está correta em

- A) F, V, V.
- B) F, F, V.
- C) V, F, V.
- D) V, F, F.
- E) F, F, F.

Questão 25

Receita pública é o montante total em dinheiro recolhido pelo Tesouro Nacional, incorporado ao patrimônio do Estado, que serve para custear as despesas públicas e as necessidades de investimentos públicos. Segundo as normas vigentes, são Receitas Correntes as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, dentre outras. Com base na Lei nº 4.320/64, são consideradas receitas tributárias:

- A) Impostos e Taxas, somente.
- B) Contribuições de Melhoria, somente.
- C) Impostos, Taxas e Transferências Correntes.
- D) Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.
- E) Impostos, Taxas, Contribuições de Melhoria e Tarifas.

Questão 26

“O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários [...] A (O) _____ do auditor sobre as demonstrações contábeis trata de determinar se as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com o estruturado _____ contábil aplicável, comum a todas as auditorias das demonstrações contábeis.”
Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) laudo
- B) parecer
- C) opinião
- D) relatório
- E) apresentação

Questão 27

“Os papéis de trabalho utilizados pelo auditor podem ser de natureza corrente ou permanente. Os correntes são utilizados em apenas um exercício social; os permanentes são utilizados em mais de um exercício social.”

(Almeida, 2012.)

Constitui-se em papel de trabalho permanente:

- A) Caixa e bancos.
- B) Contas a receber.
- C) Aplicações financeiras.
- D) Questionário de controle interno.
- E) Estatuto social ou contrato social.

Questão 28

“O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) é dividido em oito classes, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza da informação que evidenciam.”

(MCASP, 2018, p. 283.)

Constituem-se em classes pertencentes ao grupo de contas cuja natureza da informação é patrimonial, EXCETO:

- A) Ativo.
- B) Passivo.
- C) Controles devedores.
- D) Variações patrimoniais diminutivas.
- E) Variações patrimoniais aumentativas.

Questão 29

Em uma auditoria deve ser verificado se os tributos incorridos sobre as vendas, como ICMS e PIS, estão classificados corretamente na Demonstração do Resultado do Exercício. Neste caso, os referidos tributos deverão compor o montante do grupo de:

- A) Deduções de vendas.
- B) Despesas financeiras.
- C) Despesas com vendas.
- D) Despesas administrativas.
- E) Custo da mercadoria vendida.

Questão 30

Em uma auditoria, o auditor deve verificar se na data do fechamento do Balanço Patrimonial, as obrigações que vencem até o término do exercício social seguinte estão devidamente classificadas. Neste caso, as referidas obrigações deverão estar no:

- A) Ativo Circulante.
- B) Passivo Circulante.
- C) Patrimônio Líquido.
- D) Ativo não Circulante.
- E) Passivo não Circulante.

Questão 31

O Controle na Administração Pública data de tempos remotos. Hely Lopes Meirelles, nos anos de 1970, já ensinava o que até hoje muitos teimam em ignorar: “O Poder Público e seus desmembramentos administrativos, nos Estados de Direito como o nosso, atuam dentro das normas legais que fixam a competência de seus órgãos e delimitam o campo de atuação da Administração, estabelecendo os controles a que se sujeitam a atividade pública e seus agentes. (...). Nesta exposição só nos interessam um desses controles, mas é necessário que se conceituem as duas primeiras modalidades, para bem compreendermos a terceira”.

De acordo com o Poder que os exerce, o Controle na Administração Pública pode ser classificado em 3 tipos; analise as afirmativas a seguir.

- I. Controle _____: exercido em virtude da função judicante e contenciosa dos órgãos que o exerce. Essa contenção das atividades públicas visa à defesa dos administrados e à manutenção da Administração dentro das normas legais, pelo que é apenas um controle de legalidade.
- II. Controle _____: exercido sob o duplo aspecto da legalidade e da conveniência pública, alheio aos direitos individuais do administrado, mas adstrito aos interesses coletivos da comunidade.
- III. Controle _____: se efetiva por meio da fiscalização hierárquica, de recursos administrativos e de prestações de contas. Esse tipo de controle atinge não só os órgãos da administração centralizada, como também, a administração descentralizada.

Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente as afirmativas anteriores.

- A) Judicial / Administrativo / Parlamentar
- B) Parlamentar / Administrativo / Judicial
- C) Administrativo / Judicial / Parlamentar
- D) Judicial / Parlamentar / Administrativo
- E) Parlamentar / Judicial / Administrativo

Questão 32

Com base no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- A) O tributo é exigido dos cidadãos, de forma compulsória, por sanção de ato ilícito.
- B) Os municípios não podem, por meio de tributos intermunicipais, estabelecer limitações ao tráfego de mercadorias.
- C) Os municípios podem cobrar impostos sobre o patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos e de suas fundações.
- D) Os municípios podem cobrar impostos sobre os serviços das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos.
- E) Para qualificação da natureza jurídica específica do tributo é muito importante, antes de tudo, definir a denominação e demais características formais, além da destinação legal do produto da arrecadação do mesmo.

Questão 33

Considerando a legislação tributária vigente, precisamente o disposto na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Um dos fatos geradores do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana é a posse de bem imóvel, por natureza ou por acessão física, localizado na zona urbana do Município.
- B) A administração municipal só pode definir como contribuinte do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, independente da denominação que receba, o proprietário do imóvel.
- C) Na determinação da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana não podem ser contabilizados os valores dos bens móveis mantidos no imóvel, para utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.
- D) Espaços de expansão urbana, cujos loteamentos estejam aprovados pelos órgãos competentes e sejam destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que não tenham o mínimo de melhoramento construído ou mantido pelo Poder Público, conforme exigência do Código Tributário Nacional, podem ser considerados como urbanos para efeito do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.
- E) Entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de pelo menos dois dos seguintes melhoramentos construídos ou mantidos pelo Poder Público: meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; abastecimento de água; sistema de esgotos sanitários; rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar e escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de três quilômetros do imóvel considerado.

Questão 34

Com base em conhecimentos gerais sobre tributação, assinale a alternativa correta.

- A) A Carta Magna do Brasil não permite que os entes federados estabeleçam critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência.
- B) Definição de tributos e de suas espécies, de fatos geradores, de bases de cálculo e contribuintes, de obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários são matérias que podem ser tratadas em Lei Ordinária.
- C) Estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, dispor sobre conflitos de competência tributária entre os entes federados e regular as limitações constitucionais ao poder de tributar são matérias reservadas à Lei Complementar.
- D) Apesar de muitos concordarem que seria de mais fácil fiscalização, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 veda a instituição de um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- E) Lei Complementar poderá instituir um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Se assim for estabelecido, a arrecadação, a fiscalização e a cobrança poderão ser compartilhadas pelos entes federados e deve ser adotado cadastro nacional único de contribuintes.

Questão 35

Leia atentamente a afirmação disposta a seguir.

“Compete privativamente à União legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho e, também, sobre desapropriação e requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra.”

É correto afirmar que:

- A) A afirmativa está correta, sendo transcrição do disposto no Art. 22 da Constituição Federal de 1988.
- B) A União só tem competência privativa para legislar sobre direito penal, direito agrário e direito do trabalho.
- C) A afirmativa está parcialmente correta, pois não é competência privativa da União legislar sobre desapropriação.
- D) A afirmativa está parcialmente correta, pois não é competência privativa da União legislar sobre desapropriação e requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra.
- E) É competência privativa da União legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho, além de matéria atinente à desapropriação e requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra. Contudo, a competência para legislar sobre direito eleitoral é privativa de cada ente da Federação.

Questão 36

Para melhor compreensão da intervenção do Estado na propriedade e no domínio econômico, há de se ter conhecimento do significado de requisitos constitucionais relacionados ao tema. No que se refere à desapropriação, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Nos casos em que a indenização seja em dinheiro, o expropriante tem de pagar ao expropriado em moeda corrente.
- B) Não existem, legalmente, situações em que a desapropriação possa ser paga em dinheiro (moeda corrente). As indenizações só podem ser pagas com títulos especiais da dívida pública e/ou da dívida agrária.
- C) Entende-se como desapropriação por necessidade pública, ocorrências em que o Estado, para atender a situações anormais, muitas vezes emergenciais, que se lhe apresentam, tem de adquirir o domínio e o uso de bens de terceiros.
- D) Indenização justa é a indenização que cobre não só o valor real e atual dos bens expropriados, à data do pagamento, como também os danos emergentes e os lucros cessantes do proprietário, decorrentes do despojamento do seu patrimônio.
- E) A desapropriação em que o Estado, para impor um melhor aproveitamento da terra rural ou para prestigiar certas camadas sociais, adquire a propriedade de alguém e a transfere a terceiro é denominada desapropriação de interesse da coletividade (interesse social).

Questão 37

A respeito da competência tributária dos entes federativos, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Os Municípios podem instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública e efetuar sua cobrança na fatura de consumo de energia elétrica.
- B) O imposto sobre serviços de qualquer natureza, definidos pela Constituição Federal como de competência municipal da situação do bem, não poderá incidir sobre exportações de serviços para o exterior.
- C) Na iminência ou no caso de guerra externa, os municípios poderão instituir impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.
- D) O imposto sobre propriedade territorial rural é de competência da União, mas poderá ser fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.
- E) Quando o município for instituir o imposto sobre transmissão “inter vivos”, há de se atentar que o mesmo não poderá incidir sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

Questão 38

Quando se fala em administração tributária e controle da administração pública, faz-se necessário ter em mente que na administração pública, para que se tenha algo para administrar, antes é necessário tomar todas as medidas legais para que os recursos financeiros ingressem nos cofres públicos. Também é de suma importância ter controle da saída de referidos recursos. Diante do exposto, com foco na administração municipal, é INCORRETO afirmar que:

- A) O controle externo do município, que é de competência da sua respectiva Câmara Municipal, será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
- B) É vedada a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista dos Municípios.
- C) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Federal, haja vista que a maior parte dos recursos financeiros aplicados nos municípios são oriundos do Governo Federal.
- D) A transferência voluntária de recursos, a concessão de avais, as garantias e as subvenções pela União e a concessão de empréstimos e de financiamentos por instituições financeiras federais aos Municípios, na hipótese de descumprimento das regras gerais de organização e de funcionamento de regime próprio de previdência social, é vedada pela Constituição Federal.
- E) A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos municípios só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes e se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.

Questão 39

Marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () A União pode, em caso de guerra externa (ou sua iminência), instituir empréstimos compulsórios.
- () Os Estados e DF podem, em caso de conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo, instituir empréstimos compulsórios.
- () Os Municípios podem, em caso de calamidade pública que exija auxílio municipal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis, instituir empréstimos compulsórios.

A sequência está correta em

- A) V, F, F.
- B) F, V, F.
- C) V, V, F.
- D) F, F, V.
- E) V, V, V.

Questão 40

Muitos recursos financeiros oriundos de tributos instituídos, fiscalizados e cobrados por outros entes federativos pertencem aos municípios. A esse respeito, todas as alternativas a seguir estão corretas, EXCETO:

- A) 90% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios pertencem aos respectivos municípios.
- B) 25% da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação pertence aos municípios.
- C) Do produto da arrecadação da União referente aos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (Imposto de Renda) e sobre produtos industrializados (IPI), 22,5% serão repassados ao Fundo de Participação dos Municípios.
- D) Do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico, 29% serão repassados pela União aos Estados e ao Distrito Federal, distribuídos na forma da lei. Do montante que cabe a cada Estado, 25% serão destinados aos seus municípios, também na forma da lei.
- E) A arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza é de competência da União. Contudo, quando esse imposto incidir sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelos municípios, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem, o produto da arrecadação pertence ao referido município.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

PROVA DISCURSIVA (ESTUDO DE CASO)

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva (Estudo de Caso) é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de uma dissertação que será avaliada na escala de 0 (zero) a 2 (dois) pontos.
- A resposta à Prova Discursiva (Estudo de Caso) deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- A Prova Discursiva (Estudo de Caso) terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva (Estudo de Caso) em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado (...), bem como no caso de identificação em local indevido.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva (Estudo de Caso) serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	1,2 ponto
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao tema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	0,8 ponto
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
2. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar do Estudo de Caso.	

Leia atentamente a legislação e a situação hipotética dispostas a seguir.

Lei nº 1.722, de 22 de novembro de 2019.

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Capanema para o exercício financeiro de 2020.

A Câmara Municipal de Capanema, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito do Município de Capanema, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Capanema, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2020, abrangendo os Fundos Municipais, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de reais).

[...]

Art. 6º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) aos Orçamentos da Administração Direta e Indireta e dos Fundos Municipais do total geral de cada um dos orçamentos, servindo como recursos para tais suplementações, quaisquer das formas definidas no §1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964.

[...]

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que o estado de contaminação causado pelo Coronavírus (Sars-Cov-2) foi elevado para a categoria de Pandemia (Pandemia de Covid-19). O município de Capanema (PR), assim como outros inúmeros municípios brasileiros, preocupado com a situação e ciente de que poderiam ser necessários recursos financeiros adicionais para a área de saúde, solicitou ao Auditor Fiscal do Município que esclarecesse sobre o que é Crédito Adicional, quais os tipos de créditos adicionais existentes e qual deles seria aplicável em uma possível situação de calamidade pública. Outrossim, esclarecesse, também, quais as origens de recursos para custear as despesas inesperadas para enfrentamento de tal situação.

Esclareça sobre as indagações feitas pelo chefe do Poder Executivo Municipal, tendo por base o legalmente estabelecido na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e alterações posteriores.

PROVA DISCURSIVA (ESTUDO DE CASO)

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

INSTRUÇÕES

É necessário uso de máscara durante toda a prova. O álcool em gel se encontra disponível para o uso candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos; a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, pulseiras ou braceletes magnéticos (ainda que terapêuticos) e similares etc., não acarretando qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e integridade do Concurso Público, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários.
4. O Caderno de Provas consta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha para os cargos de níveis Superior, Médio, Médio Técnico e Fundamental Completo. Os cargos Auditor Fiscal Municipal e Contador terão Prova Discursiva com o objetivo de avaliar o conhecimento técnico na área de atuação (Estudo de Caso). Para os cargos Fiscal de Tributos, Analista em Recursos Humanos, Assistente Social e Engenheiro Civil II a prova discursiva terá o objetivo de avaliar a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa (Redação).
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) que lhe foram fornecidos estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. As provas terão duração de 3 (três) horas para os cargos de nível Fundamental Completo e Médio Técnico; e 4 (quatro) horas para os cargos de nível Médio e Superior. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas (A a E) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva), devidamente assinados em local específico.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o Caderno de Provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato também poderá se retirar do local de provas a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o Caderno de Provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado o Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação, bem como pelo Coordenador da Unidade de provas, para posterior análise pela comissão de Acompanhamento do concurso.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min do dia subsequente ao da realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha (segunda-feira).
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer os dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.